

Ashjan Sadique Adi  
Fábio Bacila Sahd  
(Orgs.)

ORIENTE MÉDIO E PALESTINA PESQUISADOS A  
PARTIR DO BRASIL: REFLEXÕES ACADÊMICAS,  
MARGINAIS E CRÍTICAS

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais  
Navegando Publicações

2020



NAVEGANDO

# QUANDO AS IDEIAS SÃO APAGADAS: UM ESTADO BINACIONAL NA PALESTINA HISTÓRICA \*

Danilo Guiral Bassi<sup>1</sup>

Não é novidade que os vencedores das guerras e da conquista do poder são os autores das linhas da história oficial. O mais surpreendente é quando a historiografia crítica adota elementos de discurso semelhantes aos da história dos vencedores ao tentar apagar determinados episódios e ideias tidas como marginais. No caso da história das ideias em Israel e na Palestina, as propostas de um Estado binacional na região foram e continuam sendo, hoje, tratadas – tanto pelo discurso oficial quanto por grande parte dos estudiosos críticos ou próximos da esquerda política – como eternamente minoritárias, irreais, descoladas dos anseios das populações dali ou ainda mal-intencionadas, escondendo um suposto interesse de dominação étnico-racial e, por isso, são pouco estudadas.

O objetivo central deste texto é, de forma breve, definir o que seria um Estado binacional na Palestina histórica, periodizar sua evolução ao longo do século XX, tecer algumas características da circulação da ideologia binacional e, por fim, tentar discorrer sobre seu apagamento. Busquei trazer aqui o cerne do estudo sobre o tema que culminou em minha dissertação de mestrado<sup>2</sup>.

---

\* DOI - 10.29388/978-65-81417-18-5-0-f.185-206

<sup>1</sup> Graduado em relações internacionais e mestre em história pela Universidade de São Paulo. Atualmente é doutorando da Universidade Paris-Est e da Universidade de São Paulo.

<sup>2</sup> GUIRAL BASSI, Danilo M. *A ideia de um Estado binacional na Palestina histórica: conceitos, evolução histórica e perspectiva na atualidade*. Dissertação de mestrado. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016. Disponível em: <https://tinyurl.com/diss-DGB>

## Uma breve definição

A proposta de um Estado binacional na Palestina histórica – nome dado ao conjunto dos territórios internacionalmente reconhecidos como de Israel e da Palestina – não significa simplesmente a instituição de um Estado único ali, ainda que essa confusão seja frequente na mídia e em parte do discurso político. Para Tamar Hermann, o binacionalismo<sup>3</sup> “carrega significados diferentes para diferentes grupos étnico-nacionais, em função principalmente de sua posição relativa na estrutura de poder”<sup>4</sup> (HERMANN, 2005, p. 382-383, tradução nossa). Segundo a autora,

Em um nível mais técnico, o termo binacional refere-se a um país ou território em que a duas, e apenas a duas culturas nacionais, é oferecido lugar de destaque, com direitos juridicamente enraizados para o controle das parcelas de recursos do Estado, posições de autoridade, símbolos etc. [...] No plano material, no entanto, ele reflete o reconhecimento mútuo das demandas legítimas das duas coletividades etnonacionais sobre a terra. [...] O binacionalismo *de facto* é uma situação 'real', muitas vezes não planejada, que evolui quando uma unidade territorial é coabitada por duas coletividades com identidades nacionais separadas. A menos que uma ou ambas as coletividades desenvolvam reivindicações exclusivas sobre este território, a situação binacional pode permanecer latente, mesmo imperceptível, por um longo tempo. [...] [N]a maioria dos casos, essa solução só é alcançada após o custo de um confronto violento mostrar ser insuportavelmente alto<sup>5</sup>. (HERMANN, 2005, p. 382-383).

Um Estado binacional não seria nem a) um Estado único com a prevalência do poder de uma coletividade nacional sobre a outra,

---

<sup>3</sup> Apesar da consciência das eventuais confusões que pode acarretar e das limitações do termo, “binacionalismo” será usado como sinônimo da defesa da solução de um único Estado binacional para árabes-palestinos e judeus-israelenses na totalidade da área da Palestina histórica.

<sup>4</sup> HERMANN, Tamar, “The bi-national idea in Israel/Palestine: past and present” in: *Nations and Nationalism*, 2005, p. 382-383 (tradução nossa).

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 382-383 (tradução nossa).

nem b) um Estado único onde um grupo nacional/étnico não dominante possuiria um certo grau de autonomia, alguns direitos humanos e civis, mas sem direitos políticos coletivos, nem c) uma democracia liberal clássica, com o princípio de “uma pessoa, um voto”, sem que qualquer grupo nacional tenha direitos políticos coletivos. Excluindo esses arranjos, os dois principais modelos de Estado binacional *de facto* e *de jure* seriam então 1) o de um Estado único com um quadro institucional fundado na paridade, em que os dois grupos nacionais possuem garantia de direitos civis e humanos universais, mas também direitos políticos coletivos, independente de sua proporção na população total e 2) um Estado binacional ou multinacional inserido nos moldes da chamada democracia consociativa, como nas propostas de modelos institucionais de Arend Lijphart para que sociedades segmentadas possam construir e desenvolver democracias estáveis.

Segundo Lijphart, o sucesso de um modelo de democracia consociativa depende da habilidade dos líderes das comunidades étnico-nacionais da entidade em reconhecer os perigos da fragmentação do sistema, o que os leva a se comprometer com sua manutenção e com a matização das clivagens étnicas e religiosas, colocando em prática conjuntamente soluções para as demandas das comunidades<sup>6</sup>. Para que esse sistema funcione, o nacionalismo de ambas as comunidades precisa ser moderado e, no caso, israelo-palestino, “os palestinos deverão ter motivos para parar de temer que os judeus israelenses possam dominá-los culturalmente e os judeus precisariam ser assegurados que mudanças demográficas não levem a uma dominação palestina”<sup>7</sup> (TUTUNJI, 1997, p. 50).

Ahmad Samih Khalidi define o binacionalismo na Palestina histórica como “um igual e acordado compartilhamento de toda a ter-

---

<sup>6</sup> LIJPHART, Arend. “Typologies of democratic systems” *in: Comparative Political Studies*, abr. 1968, p. 3-44. Inserir citação completa.

<sup>7</sup> TUTUNJI, Jenab; KHALDI, Kamal. “A Binational State in Palestine - The Rational Choice for Palestinians and the Moral Choice for Israelis” *in: International Affairs*, v. 73, n. 1, jan. 1997, p. 50 (tradução nossa).

ra [da Palestina histórica] entre dois povos [...] na base da igualdade entre seus cidadãos independente da etnia ou da origem nacional/religiosa”<sup>8</sup> (KHALIDI, 1998, p. 35). Também a Associação Ihud, trouxe uma definição, ainda em 1946:

Em um país binacional, as duas nações têm igual liberdade e independência, igual participação no governo e igual representação, e nenhum povo não será mais forte que o outro. Eles devem tornar o país um país de nacionalidades. Isso é completamente diferente de um país nacionalista<sup>9</sup> (BUBER; MAGNES; SMILANSKY, 1946, p. 9, tradução nossa).

Modelos de Estado binacional podem surgir de diversos arranjos, sobretudo um único Estado unitário binacional reconhecendo os direitos coletivos de duas comunidades em seu interior ou então uma federação binacional, com um único Estado e, internamente, seria formada por duas ou mais entidades com um variável grau de autonomia, podendo cada uma delas reconhecer os direitos coletivos de uma ou eventualmente das duas comunidades. Em minha análise, busquei entender a ideia de um Estado binacional quando ela foi descrita nesses termos e enquadrada nas definições de Hermann sobre Estados binacionais *de facto* e *de jure*. Houve um esforço para não cair nas armadilhas de imaginar planejamentos e estratégias do tipo “plano de etapas” de toda uma comunidade nacional, de modo a usar o Estado binacional para fazer uma limpeza étnica da outra comunidade presente na Palestina histórica.

---

<sup>8</sup> KHALIDI, Ahmad Samih. “After Oslo” in: *Prospect*, out. 1998, p. 35 (tradução nossa).

<sup>9</sup> BUBER, Martin; MAGNES, Judah L.; SMILANSKY, Moses. Palestine, a bi-national state. Nova Iorque: Ihud Association of Palestine, ago. 1946, p. 9 (tradução nossa).

## Uma proposta de periodização

Historicamente, a ideia de um Estado binacional para árabes e judeus na Palestina histórica circulou durante todo o século XX e início do século XXI. É verdade que houve períodos, notadamente entre 1948 e 1996 em que a ideia binacional permaneceu praticamente sem defensores de peso. Mas a ideia de uma terra compartilhada, reconhecendo os direitos coletivos, nacionais e identitários de árabes e judeus nos territórios hoje israelenses e palestinos foi, desde a ação do Brit Shalom até a dos intelectuais e ativistas de hoje, passando pelo Ihud, pelo HaShomer HaTza'ir e pela Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP), uma ideia política circulante, um sonho, um ideal – ou, para alguns, um fantasma.

Ainda que consciente das fragilidades de qualquer modelo de periodização de circulação de ideias a partir de marcos institucionais, o estudo foi dividido cronologicamente em três grandes intervalos com características próprias: 1) de 1896, momento de surgimento do sionismo político, a 1948, com a criação do Estado de Israel; 2) de 1948 a 1996, ano do fracasso dos Acordos de Oslo<sup>10</sup>; 3) de 1996 aos dias atuais.

### Do surgimento do sionismo à criação do Estado de Israel (1896-1948)

A compreensão de um fato se faz necessária para entender a circulação da ideia de um Estado binacional na Palestina histórica nas primeiras décadas do século XX: o sionismo não é um bloco monolítico-

---

<sup>10</sup> Optei por definir a virada do fracasso de Oslo o processo iniciado com o assassinato de Yitzhak Rabin em novembro de 1995 e concluído com a eleição de Benjamin Netanyahu, seis meses depois. Na minha visão, o retorno do Likud ao poder marca o fim do processo de Oslo, já que o breve governo de Ehud Barak entre 1999 e 2001 não foi capaz de retomar efetivamente as negociações bilaterais, como demonstrou o fracasso de Camp David (2000).

co e sua vertente hoje majoritária não é e nem foi a única forma de manifestação de um nacionalismo judaico. Dentro do sionismo majoritário, aquele decorrente dos herdeiros de Theodor Herzl, nas primeiras décadas do século XX, os longos debates foram se polarizando e aglomerando quatro grandes grupos, sobretudo a partir do fim da Primeira Guerra mundial: 1) os trabalhistas, liderados por David Ben-Gurion; 2) os revisionistas, de Ze'ev Jabotinsky; 3) os centristas, sob o comando de Chaïm Weizmann; e 4) os binacionalistas, objeto central deste estudo.

Dentro dos círculos sionistas, no período anterior à criação do Estado de Israel, pelo menos quatro grupos principais aglutinaram os defensores de uma solução binacional: o Brit Shalom, o Ihud, o HaShomer HaTzair e a Liga para a Reaproximação e para a Cooperação Árabe-Judaicas. Além destes grupos, uma quantidade, difícil de mensurar, de indivíduos não-organizados politicamente, entre judeus, árabes-palestinos e “elementos externos” – como intelectuais e membros das instituições dirigentes britânicas durante o período do Mandato, além do corpo diplomático de alguns países, notadamente da URSS –, viam com bons olhos a ideia de um Estado binacional. Mesmo dentro do *mainstream* dirigente sionista, com exceção do revisionismo de Jabotinsky e, pelo menos, até a guinada de Biltmore, em 1942, o binacionalismo era uma corrente influente<sup>11</sup>.

A ideia de um Estado binacional na Palestina histórica passa, entre 1896 e 1948, por três momentos. Um processo inicial é aquele em que ideias de convivência ou ao menos de não-oposição a uma terra compartilhada entre árabes-palestinos e judeus eram amplamente difundidas, embora de forma difusa e pouco clara quanto a modelos institucionais. Os próprios textos de Herzl do final do século XIX, a

---

<sup>11</sup> É pouco claro o quanto os posicionamentos formais refletiam intenções práticas. Se as práticas de limpeza étnica através de transferência forçada para a formação de um Estado majoritária ou exclusivamente judaico estavam sendo cogitadas pelos grupos sionistas além dos revisionistas, não há evidências nos discursos de seus membros.

Declaração Balfour de 1917 e os termos do Mandato da Palestina de 1922 não pregavam uma divisão da Palestina e, em princípio, defendiam uma convivência dos judeus com os demais habitantes da região. Ben-Gurion e Weizmann nos anos 20 e 30 discursavam abertamente contra a partilha e a discriminação ou distinção de direitos entre os povos da Palestina. Fora do sionismo majoritário, ideias como o sionismo pan-oriental e o pansemitismo pregavam, numa espécie de nacionalismo antinacionalista, uma solução de convivência e integração dos judeus à região.

Um segundo período, paralelo a uma mudança de postura da direção do sionismo majoritário, que caminhou cada vez mais para uma solução tradicional de Estado-nação e para a defesa da partilha da Palestina, assistiu a uma circulação da ideia de um Estado binacional propriamente dito até o momento de sua cristalização, com a formação de organizações binacionalistas influentes local e internacionalmente. Uma quantidade significativa de nomes influentes<sup>12</sup> defendeu então uma solução binacional e me parece essencial citar alguns grupos organizados e abertamente binacionalistas do período: 1) o Brit Shalom (Aliança da Paz), que nos anos 1920 reunia nomes como Martin Buber, Gershom Sholem, Hugo Bergmann, Hans Kohn, Chaim Kalvarisky, Ya'acov Thon e Georg Landauer, e que se definia como defensor de uma vida comum na Terra de Israel com igualdade de direitos coletivos, de um Estado de duas nações, *Zweinationalitätenstaat*

---

<sup>12</sup> Entre os instalados e ativos na Palestina, estavam Martin Buber, Haïm Arlosoroff, Mordechai Bentov, Aharon Cohen, Haim Margolis Kalvaryski, Moshe Smilansky, Pinhas Rutenberg, Moshe Novomeysky, Gad Frumkin, Hugo Bergmann, Justice Joseph, Judah L. Magnes, Moshe Valero, Hans Kohn, Yaacov Thon, Edwin Samuel, Avraham Katznelson, Gershom Scholem e Henrietta Szold, além dos grupos Kedmah Mizraha e Alyah Hadashah e setores do HaPoel HaTza'ir. Entre os judeus da diáspora, nomes de destaque no meio intelectual e científico, como Hannah Arendt e Albert Einstein, também apoiaram uma solução binacional para judeus e árabes na Palestina. Entre árabes-palestinos, os registros reduzidos e o aparente limitado nível de organização política nesse momento histórico dificultam uma lista mais exaustiva – também resultado de uma adesão aparentemente menor proporcionalmente. Entretanto, chama a atenção de casos como as propostas de Adil Jabr, Sami Taha e Fawzi el-Husseini, assim como a associação Falastin al-Jadida.



nas palavras de Arthur Ruppin; 2) HaShomer HaTza'ir (A Jovem Guarda), que desde 1929 tem parte de sua liderança defendendo uma plataforma binacional, rejeita nos anos 30 e começo dos anos 40 um Estado exclusivamente judeu; 3) a Liga para a Reaproximação e para a Cooperação Árabe-Judaicas, criada em 1939; 4) Ihud (União), partido político, autodenominado associação, liderado, entre outros, por Judah Leon Magnes, que participou ativamente dos debates sobre uma solução para a Palestina, com especial destaque para sua participação junto à Comissão Anglo-Americana de Inquérito de 1946, que propôs uma união econômica da Palestina similar às propostas do grupo, e ao Comitê Especial das Nações Unidas para a Palestina, em 1947.

É importante lembrar que iniciativas árabes também ocorreram na Palestina do Mandato. Apesar dos casos de indivíduos que nunca tiveram sua atuação historicizada, podemos citar grupos como 1) Falestin al-Jadida (Palestina Nova), dirigida por Fawzi al-Husseini que defendia uma convivência, sem dominação e com cooperação econômica, cultural e social, entre árabes e judeus, 2) a Sociedade dos Trabalhadores Árabes de Palestina (Jamiyat al-Umal al-Arabiya al-Filastiniya), fundada em 1925 e promotora de ações sindicais conjuntas entre grupos árabes e judaicos na Palestina; 3) a Liga de Liberação Nacional, criada em 1944 e liderada por nomes como Mukhlis Amer, Mufid Nashashibi, Haidar Abdel-Shafi e Emil Habibi, e que se tornou o polo de oposição organizada às posições conservadoras de dirigentes do Alto Comitê Árabe.

Por fim, os anos de 1946 e 1947 marcaram uma espécie de última batalha entre as ideias do revisionismo, da partilha da Palestina e de um Estado binacional na região. Em 1947, especialmente no momento de funcionamento da Comissão Nacional das Nações Unidas para a Palestina (UNSCOP), a mídia árabe e, sobretudo, a judaica acompanhou como a uma novela os trabalhos e as negociações em torno de possíveis soluções para a Palestina. Nesse período, além dos relatos diários das negociações institucionais, surgiram na mídia defesas

de uma solução binacional para a Palestina por figuras judaicas de destaque, como Albert Einstein, que defendia “uma administração binacional para toda a Terra Santa sob supervisão da ONU”, já que a partilha seria “sem sentido” e “não poderia trazer estabilidade para a situação interna do país”<sup>13</sup> (ARNOLD, 1947, p. 6).

O desfecho dessa última batalha é conhecido: vence a posição de Ben-Gurion e Weizmann pela partilha da Palestina e criação de um Estado judeu. A proposta de um único Estado é derrotada e os binacionalistas que não se renderam ao novo discurso oficial são apartados das instâncias do sionismo majoritário. Os revisionistas são, apesar das divergências, integrados ao *establishment* do novo Estado, que converge para a aplicação do nacionalismo exclusivista e nasce sob a sombra da Nakba, a limpeza étnica que deslocou mais de 700 mil árabes palestinos<sup>14</sup> (PAPPE, 2007).

## **Da criação do Estado de Israel ao fracasso dos Acordos de Oslo (1948-1996)**

O Plano de Partilha de 1947, a Guerra de 1948-1949, a criação do Estado de Israel sob a batuta do sionismo exclusivista, a cristalização da liderança do Fatah dentro da OLP – com suas sucessivas perspectivas de uma Palestina árabe, uma Palestina democrática secular e uma Palestina independente ao lado do Estado de Israel – abortaram o potencial binacional das organizações árabes-palestinas de esquerda. Entre as organizações lideradas por judeus, a aceitação da partilha, notadamente pelo HaShomer HaTza’ir, o desaparecimento progressivo do Ihud e o fortalecimento da noção de separação nacional promovida pelos líderes trabalhistas fizeram com que as décadas posteriores à cri-

---

<sup>13</sup> ARNOLD, Abraham J. “News Summary” in: *The Sentinel*, 13 fev. 1947, p. 6 (tradução nossa).

<sup>14</sup> PAPPE, Ilan. *The Ethnic cleansing of Palestine*. Oxford: Oneworld, 2007.

ação do Estado de Israel não tivessem, dentro do Estado judeu, organizações fortes pró-solução binacional<sup>15</sup>.

Entre 1948, data da criação do Estado de Israel, e 1996, marco do fim do entusiasmo com o processo de Oslo, apenas grupos minoritários – como a comunista Frente Democrática para a Libertação da Palestina (FDLP) – e figuras judaicas contestadoras do *establishment* sionista, como Michael Warschawski e Noam Chomsky defendiam projetos binacionais. Com a Guerra de 1967 e a consequente ocupação dos territórios palestinos e integração econômica (mas não política) de sua população, os sucessivos governos israelenses buscaram evitar o estabelecimento de um Estado binacional. Mas esse período de 1948 a 1996, embora tenha quase eliminado a ideia binacional, acabou sendo, paradoxalmente, o período de fomento das bases que levaram ao renascimento desta proposta quando os Acordos de Oslo fracassaram. Por um lado, Israel se consolidou como uma etnocracia, onde seus cidadãos não-judeus são cidadãos de segunda classe, sem direitos coletivos, nacionais e identitários, apesar de possuir suas próprias organizações políticas e sociais<sup>16</sup> (YIFTACHEL, 2000, p. 725-756). Nos territórios palestinos ocupados, um sistema de discriminação, comparável ao apartheid sul-africano, se estabeleceu; uma rede de estradas, cidades e assentamentos rurais e industriais – habitados por cerca de meio milhão de judeus israelenses instalados na Cisjordânia<sup>17</sup> – se cristalizou e segue crescendo. Na arena política israelense, um consenso entre a esquerda trabalhista, o centro e a direita nega o recuo às fronteiras de

---

<sup>15</sup> É verdade que o Ihud ainda sobreviveu por alguns anos, assim como uma parcela dos militantes da Liga de Liberação Nacional (LLN) integrada de alguma forma no comunista Maki. Martin Buber criou, nos anos 50, o periódico *New Outlook*, que existiu até 1993, com atuação de nomes não necessariamente binacionalistas, como Uri Avnery, Simha Flapan, Arie Eliav, entre outros.

<sup>16</sup> YIFTACHEL, Oren. “Ethnocracy and its discontents: minorities, protests and the Israeli polity”. In: *Critical Inquiry*, v. 26, n. 4, 2000, p. 725-756.

<sup>17</sup> Estima-se que já sejam mais de 555.000 judeus israelenses instalados nos TPO, cendo cerca de 200.000 apenas em Jerusalém Oriental e pelo menos 356.000 (<<http://tinyurl.com/1ebn-cia>>) ou 382.000 (<<http://tinyurl.com/1ebn-fmep>>) nos demais territórios da Cisjordânia.

1949-1967, a divisão de Jerusalém e a criação de um Estado palestino verdadeiramente soberano e independente.

Entre os palestinos, a OLP logrou consolidar-se como representante legítimo do povo palestino, modificou seu discurso de modo a acomodar-se na proposta defendida pelo consenso internacional de dois Estados, aceitando uma solução negociada para a questão dos refugiados e chegou até as negociações diretas com o governo israelense. Os Acordos de Oslo, entre 1993 e 1995, assim como a normalização das relações de Israel com o Egito e a Jordânia, inspiraram uma onda de esperança em relação às tensões no Oriente Médio. As esperanças nascidas com os Acordos de Oslo, entretanto, tiveram vida curta. O retorno da direita ao poder em Israel, sob o comando de Benjamin Netanyahu e seu forte discurso anti-Oslo, marcaram o início do fracasso dos Acordos. O breve governo de Ehud Barak, entre 1999 e 2001 reativou algumas expectativas, mas foi encerrado com o fracasso de uma nova rodada de negociações, com a Segunda Intifada e com a eleição de Ariel Sharon. A Segunda Intifada, a morte de Yasser Arafat, a eleição do Hamas no interior da ANP, as disputas entre o Hamas e o Fatah e a redivisão efetiva dos TPO em duas entidades, a Faixa de Gaza isolada e uma Cisjordânia fatiada em cantões sob administração do Fatah, minaram a legitimidade da ANP e representou para muitos a incapacidade do Fatah em conquistar o prometido Estado soberano da Palestina.

## **Do fracasso dos Acordos de Oslo aos dias de hoje**

Frente ao contexto construído no interior do Estado de Israel desde 1948 e, a partir de 1967, nos territórios ocupados do atual Estado da Palestina, somado ao fracasso dos Acordos de Oslo em solucionar os impasses israelo-palestinos, a solução de dois Estados tem perdido aderentes e soluções alternativas aumentam suas bases. Elementos da crescente classe política israelense do campo da direita falam

abertamente em anexação dos territórios palestinos. A chamada “solução jordaniana” – integrar os palestinos à Jordânia em vez de permitir um Estado da Palestina – é requeitada por figuras políticas e por acadêmicos, como Benny Morris<sup>18</sup> (2009). Religiosos fundamentalistas, que enxergam a Palestina histórica ou Eretz Yisrael como um único território, indivisível e pertencente aos muçulmanos ou aos judeus, ganham força entre palestinos e entre israelenses. Alguns voltam a falar do modelo de um único Estado democrático secular em toda a Palestina histórica com base do princípio de “uma pessoa, um voto”.

E também o grupo dos binacionalistas começa a ressurgir. Assim como no período do Mandato, palestinos seculares de esquerda e judeus seculares e religiosos de esquerda retomam a ideia de que não é possível dividir o território e que a solução para o impasse é o estabelecimento de um Estado que, ao mesmo tempo, reconheça os direitos civis e individuais de seus cidadãos, mas que não ignore os direitos coletivos, nacionais e identitários das comunidades árabe e judaica. Figuras políticas que fizeram parte do *establishment* israelense e palestino no passado, intelectuais e militantes por direitos humanos nos dois lados da Linha Verde e até judeus israelenses assentados nos TPO, assim como membros de pequenos partidos da minoria árabe palestina em Israel, despontam como focos de ressurgimento da ideia de um único Estado binacional.

Os governantes de um lado e de outro da Linha Verde usam o Estado binacional como fantasma ameaçador: membros dos mais diferentes grupos políticos israelenses (da esquerda sionista à direita conservadora) falam do “risco” de um Estado binacional; os governantes do Fatah também ameaçam abandonar a solução de dois Estados, caso ela não se concretize, e exigir uma solução de Estado único binacional.

---

<sup>18</sup> MORRIS, Benny. *One State, Two States: Resolving the Israel/Palestine Conflict*. New Haven: Yale University Press, 2009

## Características da circulação

Modelos binacionais, definidos como tais *de facto* e *de jure* e que propusessem uma perspectiva de igualdade (e não de dominação efetiva ou potencial de uma comunidade nacional por outra), estiveram presentes em grupos, organizados ou não, judaicos (sionistas ou antissionistas, israelenses ou não) e árabes palestinos. Os binacionalistas foram e são, em sua maioria, seculares, mas notadamente entre judeus, de hoje e de outrora, uma parcela de religiosos pendeu ao ideal binacional, sobretudo os influenciados pela perspectiva espiritual do tipo de Ahad Ha'Am.

Politicamente, os modelos binacionais *de facto* e *de jure* vieram e continuam vindo de judeus, israelenses, árabes-palestinos e observadores externos dos círculos de esquerda, influenciados tradicionalmente pelo internacionalismo e, algumas vezes, com um discurso anticapitalista. Antes de 1948, o Brit Shalom, o Ihud, a Liga para a Reaproximação e para a Cooperação Árabe-Judaicas e o HaShomer HaTza'ir reuniram importantes figuras judaicas de esquerda do Yishuv, a comunidade judaica na Palestina, e da diáspora. No breve período entre a Segunda Guerra Mundial e a criação do Estado de Israel, as comunistas Liga de Liberação Nacional (LLN) e Liga dos Intelectuais Árabes (LIA) e suas publicações *al-Ittihad* e *al-Ghad*, assim como o Congresso Sindical Árabe, iniciaram um processo de aglutinação de elementos da sociedade árabe-palestina disposta à coabitação em uma Palestina árabe-judaica, em oposição ao conservadorismo antisemita dos dirigentes do Alto Comitê Árabe (ACA). Já o Partido Comunista da Palestina (PKP), binacional de fato e internacionalista, isentou-se de propor modelos institucionais binacionais, optando por uma defesa de luta conjunta de todos os trabalhadores da Palestina.

As propostas de um único Estado binacional em toda a Palestina histórica variaram pouco ao longo dos anos. Entre a proposta do Ihud junto à Comissão Anglo-Americana de 1946 e as recentes sugges-

tões de Edward Said ou de Jeff Halper, do Comitê Israelense contra a Demolição de Casas (ICAHD, na sigla em inglês), há um certo padrão com princípios fundantes: o estabelecimento de uma república democrática, o reconhecimento de duas comunidades étnico-nacionais com direitos coletivos iguais, independente da proporção na população total, uma fórmula institucional de compartilhamento e de partilha do poder e uma autonomia local para determinados assuntos (geralmente civis e culturais) para cada comunidade.

No período do Mandato, foram considerados como modelos inspiradores para alguns dos binacionalistas os da Tchecoslováquia, da Iugoslávia e da União Soviética; hoje esses países já não existem, em grande parte pela queda desses regimes no Leste Europeu e pelo recrudescimento dos nacionalismos locais. O modelo parlamentar confessional libanês perdeu seu encanto com a Guerra Civil de 1975 a 1990. Mesmo o modelo sul-africano foi citado por Judah L. Magnes, em 1946, perante a Comissão Anglo-Americana, como um modelo de uma “nova forma de democracia”<sup>19</sup> (BUBER; MAGNES; SMILANKSY, 1946, p. 41). O modelo belga – com seu modelo federal e com o Flandres flamengo, a Valônia francesa e a pequena região germanófono do Leste do país reconhecidos constitucionalmente – embora siga sustentando um Estado unificado, mostra uma certa instabilidade. Mas outras opções persistem ou surgiram desde os trabalhos da UNSCOP e da aprovação do Plano de Partilha pela AG-ONU. O modelo canadense – com províncias anglófonas e francófonas – e suíço – com seus cantões alemães, franceses e italianos –, já usados como referência nos anos 40, ainda inspiram aqueles que buscam uma solução binacional para a Palestina histórica. O modelo sul-africano, após a reconciliação e a democratização, inspira – por seu caráter multiétnico, com suas onze línguas oficiais e o reconhecimento constitucional dos direitos coletivos e de autodeterminação de suas comunidades<sup>20</sup> – os

---

<sup>19</sup> BUBER, Martin; MAGNES, Judah L.; SMILANSKY, Moses, op. cit., p. 41.

<sup>20</sup> ÁFRICA do Sul. *The Constitution of the Republic of South Africa*. Disponível em: <<http://tinyurl.com/1ebn-csa>>. Acesso em: 8 fev. 2016.

novos defensores da solução binacional. Até o Reino Unido e as conquistas dos povos da Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales servem de argumento para aqueles que defendem uma Palestina compartilhada por árabes e judeus. A integração europeia entre países que há poucas décadas estavam embrenhados na mais mortífera guerra da história, embora não configure um novo Estado único, é usada como exemplo de integração e reconciliação.

Entre aqueles que defenderam ou hoje ainda defendem o Estado binacional e, mais do que isso, propõem modelos institucionais, há a busca de um equilíbrio entre democracia e garantias de representação nacional. Uma proposta recorrente é a de divisão de poderes numa lógica federativa, seja através de dois Estados federados, seja com a divisão do território em cantões árabes-palestinos, judaico-israelenses e mistos. Há variações quanto ao tipo de federalismo: há os que propõem um federalismo dual, com uma divisão clara de responsabilidade e funções, outros que preferem o federalismo do tipo cooperativo, com uma colaboração e ação conjunta entre a entidade federal e os entes nacionais federados. Além disso, uma forma de garantir a representação étnico-nacional seria, por exemplo, um sistema bicameral, com uma câmara eleita na base de “uma pessoa, um voto” e outra casa parlamentar representaria as comunidades do novo país, independentemente da proporção de cada uma no total da população.

O constitucionalismo e o consociativismo<sup>21</sup> são princípios vistos como garantidores da segurança das comunidades e da manuten-

---

<sup>21</sup> O consociativismo possui diversas facetas possíveis, mas todas representando uma forma de governo capaz de garantir a representação das diversas comunidades dentro de um mesmo país dividido, diverso e/ou saindo de um conflito interno, geralmente do tipo étnico ou religioso. Os modelos consociativos são geralmente marcados por um equilíbrio de poder entre as comunidades internas do país, um sistema multipartidário e um acordo levado a cabo pelas populações ou por seus representantes. Com frequência, os diversos modelos consociativos possíveis foram aplicados ou propostos para Estados de menores dimensões e populações, como a Holanda, a Bélgica, a Suíça e o Líbano.



ção de seus direitos nacionais, coletivos e identitários, formem elas uma minoria ou maioria populacional. Desde as propostas do Ihud, a ideia de uma constituição liberal que garanta os direitos individuais e coletivos é recorrente. Mais recentemente, a ideia de uma democracia consociativa, uma forma de governo capaz de garantir a representação dos diversos grupos que compõem uma sociedade diversa e/ou profundamente dividida, aparece regularmente nos debates mais aprofundados sobre as possibilidades de um Estado binacional.

Quanto à Lei do Retorno, que permite a qualquer judeu se instalar em Israel, e ao Direito do Retorno dos refugiados palestinos, garantido pelo direito internacional, os defensores de uma solução binacional usualmente apoiaram soluções negociadas e etapistas. O Ihud, por exemplo, defendia um controle migratório para permitir a absorção econômica; hoje, propostas de solução negociada para o retorno dos refugiados palestinos e seus descendentes, embora vagamente definidas, costumam envolver um retorno progressivo e mecanismos de compensação para os que optarem por não voltar.

O atual contexto israelo-palestino é marcado por um inchaço, por um lado, dos setores conservadores nas sociedades israelense e palestina, espaços onde a ideia binacional tem pouca inserção e, por outro, pelo crescimento de setores ainda pouco organizados, mas contestadores do dito consenso em torno da solução dois Estados. Nessa conjuntura, o *status quo* institucional tende a se manter, com a contínua eleição da direita e extrema-direita israelense, que impossibilitam a criação de um Estado real da Palestina, com o prosseguimento de uma divisão dos territórios palestinos por Fatah e Hamas e uma crescente divisão psicológica entre comunidades ao mesmo tempo em que a realidade é de um único Estado entre o Rio Jordão e o Mar Mediterrâneo.

A degradação da esperança na solução de dois Estados tem sido nítida nas pesquisas de opinião aplicadas em Israel e na Palestina pelo The Harry S. Truman Research Institute e pelo Palestinian Center for

Policy and Survey Research. Em setembro de 2008, 79% dos israelenses e 58% dos palestinos se mostravam favoráveis à solução de dois Estados. Alguns anos depois, os números seguiam uma proporção semelhante, mas em 2012, os números haviam caído para 61% e 52%. Em 2015, uma pequeníssima maioria de 51% dos palestinos e dos israelenses apoiava uma solução de dois Estados. Com isso, parece haver o crescimento de defensores da solução de um único Estado, ideia que tinha o apoio de apenas 11% dos israelenses e 27% dos palestinos em setembro de 2008, mas em junho de 2012, 36% dos israelenses e 31% dos palestinos defendiam a ideia de um único Estado com direitos iguais para ambos os povos. Desde então, as pesquisas não contemplam perguntas sobre a solução de um único Estado, mas, em 2014, a oposição à solução de dois Estados atingiu 51% de oposição entre palestinos; em 2015, 43% dos israelenses se opunham à solução de dois Estados<sup>22</sup>.

A crescente decepção com a solução de dois Estados fará certamente progredir as propostas alternativas e contestadoras. Ainda que a rejeição à solução de dois Estados não implique necessariamente na aceitação do modelo de um único Estado ou mesmo de um único Estado democrático (binacional ou não), há um espaço potencial para a ideia binacional. Por enquanto, entre os desiludidos, a maioria tem migrado para campos menos democráticos, cabendo aos campos democráticos captar as desilusões e trazer para si aderentes para o modelo binacional ou no mínimo da coexistência.

## **Tentativas de apagamento e perspectivas**

O debate sobre as possibilidades de um Estado binacional é um espaço potencialmente rico e construtivo. É notável, porém, a estigmatização construída em torno dos termos “binacional” e “Estado

---

<sup>22</sup> Os relatórios das pesquisas conjuntas estão disponíveis em: <<http://tinyurl.com/1ebn-psr>> e <<http://tinyurl.com/1ebn-truman>>. Acesso em: 2 fev. 2016.

único”, vistos por atores da política institucional e da mídia, assim como determinados ativistas e intelectuais, como sinônimos de destruição – nacional e identitária ou mesmo física – de uma eventual minoria dentro deste possível Estado a ser construído. Organizações que possuem opiniões críticas e propõem modelos binacionais são classificadas como “anti-israelenses” ou mesmo “antisemitas”, notadamente por organismos como o NGO Monitor<sup>23</sup>; palestinos que criticam a forma em que foram travadas as negociações são “derrotistas” e estariam “anulando” as vitórias palestinas<sup>24</sup>. Essa estigmatização e seu consequentemente apagamento parecem refletir um interesse em manter um determinado *status quo*, para a consecução de pretensões de dominação ou de manutenção de privilégios étnico-nacionais.

O argumento de que “a maioria não quer” uma solução binacional é usado constantemente para abortar esse debate. Além de presumir que ideias e posições são imutáveis, ele pressupõe que opiniões minoritárias e ideologias marginalizadas podem ser ignoradas ou apagadas. Foi usual ouvir durante a pesquisa que o assunto não merecia atenção por não ser uma “ideia séria” ou por ser uma “ideologia marginal”, inclusive por importantes estudiosos das ideologias em Israel e na Palestina. Por essa perspectiva, a história dos movimentos anarquistas escrita até hoje, para ficar em um exemplo, deveria ser apagada, visto que o anarquismo não foi capaz, historicamente, de ser uma ideologia majoritária em nenhum grande território. Em 1915, o sionismo seria, nessa linha argumentativa, qualificado como o binacionalismo é visto hoje e como foi vista a solução de dois Estados na opinião pública majoritária em Israel nos anos 1970.

Seria necessário, para que fosse construído um Estado binacional, uma chancela dos povos que o constituirão, algo que hoje não existe. Tampouco, porém, existe um acordo sobre uma formulação alternativa de Estado único ou mesmo sobre uma solução de dois Esta-

---

<sup>23</sup> Dois exemplos de acusações desse tipo disponíveis em: <<http://tinyurl.com/1ebn-ngom>> e <<http://tinyurl.com/1ebn-ngom2>>

<sup>24</sup> HERMANN, Tamar, op. cit., 392.

dos. Hoje, os representantes do povo palestino, reconhecidos internacionalmente, falam em Estado e autodeterminação; os atuais governantes israelenses falam em autonomia, poder local limitado e em controle militar israelense; seus principais opositores com chances de formar governos no curto e médio prazo trocam “autonomia” por “Estado palestino” na retórica, embora não prevejam um Estado da Palestina soberano<sup>25</sup>. O “consenso” sobre a solução de dois Estados desenha-se, assim, como um consenso nada consensual, onde duas agendas divergentes são vendidas como parceiras em potencial. Enquanto a indefinição persistir, persistirá a instabilidade. E ao contrário do que afirmam críticos do binacionalismo, os que defendem a solução binacional não são agentes de instabilidade, indefinição política ou fortalecimento dos setores conservadores da região. A instabilidade e a indefinição foram estabelecidas por políticas e ações dos detentores do poder em Israel e, em menor grau, daqueles que possuem a representação palestina reconhecida internacionalmente – nenhum deles, entretanto, é um defensor da solução binacional.

Estudar o Oriente Médio a partir do Brasil, de forma racional, afastada de paixões, apesar da impossibilidade de neutralidade e das dificuldades impostas pela distância, nos permite ousar um aprofundamento na descolonização dos estudos sobre a região; é, assim, uma oportunidade de não se render às análises e modelos enviesados pelas lentes orientalistas e de compreender ideias e grupos marginalizados, apartados intencionalmente das linhas da história oficial.

---

<sup>25</sup> Yitzhak Rabin, em um discurso no Knesset um mês antes de seu assassinato explicitou sua visão sobre qual entidade palestina deveria nascer dos Acordos de Oslo: “nós queremos que seja uma entidade que seja menos do que um Estado e que irá administrar de forma independente as vidas dos palestinos sob sua autoridade”, mas sem retorno às fronteiras de 1949-1967 e “a fronteira de segurança do Estado de Israel estará localizada no Vale do Jordão, no significado mais amplo desse termo”. (DERFLER, Leslie. *Yitzhak Rabin: a political biography*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2014, p. 181)

## Referências

- ÁFRICA do Sul. **The Constitution of the Republic of South Africa**. Disponível em: <<http://tinyurl.com/lebn-csa>>. Acesso em: 8 fev. 2016.
- ARNOLD, A. J. News Summary. **The Sentinel**, 13 fev. 1947, p. 6.
- BERTOLINI, J. **A interpretação do Outro**: a ideia de Islã no ensino de História. 2012. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.
- BUBER, M.; MAGNES, J. L.; SMILANSKY, M. **Palestine, a bi-national state**. New York: Ihud Association of Palestine, Aug. 1946. p. 9.
- HERMANN, T. The bi-national idea in Israel/Palestine: past and presente. **Nations and Nationalism**, v. 11, p. 382-383, 2005.
- KHALIDI, A. S. After Oslo. **Prospect**, Oct. 1998, p. 35.
- LEÃO, M. **João Ribeiro**. Livraria São José: Rio de Janeiro, 1962. p. 41.
- LIJPHART, A. Typologies of democratic systems. **Comparative Political Studies**, p. 3-44, abr. 1968.
- MORRIS, B. **One State, Two States**: Resolving the Israel/Palestine Conflict. New Haven: Yale University Press, 2009.
- PAPPE, I. **The Ethnic cleansing of Palestine**. Oxford: Oneworld, 2007.
- RIBEIRO, J. **História Universal**. Jacintho Ribeiro dos Santos. Rio de Janeiro, 1918. p. 147.
- SOUZA, A. G. de. **O Islã nos livros didáticos de história de 5ª a 8ª séries do ensino fundamental no período de 1985 a 2004**. 2004. 150 f. Dis-

sertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

TUTUNJI, J.; KHALDI, K. A Binational State in Palestine - The Rational Choice for Palestinians and the Moral Choice for Israelis. **International Affairs**, v. 73, n. 1, p. 50, jan. 1997.

YIFTACHEL, O. Ethnocracy and its discontents: minorities, protests and the Israeli polity. **Critical Inquiry**, v. 26, n. 4, p. 725-756, 2000.

